



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Conselho Nacional de Previdência Social

ATA

304ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS -

Brasília/DF, 27 de maio de 2024

ATA DA 304ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 27 de maio de 2024

LOCAL: MPS, Bloco F, 9º andar, Sala 902

PRESENCAS

Representantes do Governo	Representantes dos Trabalhadores em Atividade
MPS – Carlos Roberto Lupi	FS – Odair Antonio Bortoloso
SRGPS/MPS – Adroaldo da Cunha Portal	UGT – Aparecido Alves Tenório
SRGPS/MPS – Alessandro Pereira Lordêllo	CUT – Ariovaldo de Camargo
INSS – Alessandro Antônio Stefanutto	CONTAG – Edjane Rodrigues Silva
CONJUR/MPS – Felipe Cavalcante e Silva	CTB – Rolando Medeiros
SRPC/MPS – Paulo Roberto dos Santos Pinto	
SRPC/MPS – Tito Calvo Jacheli	
SRGPS/MPS – Benedito Adalberto Brunca	
SRGPS/MPS – Lucyana Rios Monteiro Barbosa Souza	

Representantes dos Aposentados e Pensionistas	Representantes dos Empregadores
SINTAPI/CUT – Gerson Maia de Carvalho	CNI- Wilson Brueckheimer Júnior
CSB – Bartolomeu Evangelista de França	CNF – Rafael Baldi da Silva
COBAP – Obede Muniz Teodoro	CNC – Hélio Queiroz da Silva
SINDNAPI/FS – Tonia Andrea Inocentini Galleti	CNM – Antônio Mário Rattes de Oliveira
	CNA – Carolina Carvalhais Vieira de Melo

Palestrante/Convidado
MPS – Eduardo da Silva Pereira

Ouvinte/Convidado
CNF – Alex Sander Santos
ANEPS – Soraya Chaves
ANEPS – Fabíola Orsi
DATAPREV – Ubiramar Mendonça
ABBC – Ricardo Andreassa
CNI – Eduardo Martini
SINDNAPI – Maria Antônia Magalhães
Valor Econômico – Gabriela Pereira

MPS/SE – Anderson da Silva

MPS/SRGPS – Míriam Fernandes de Faria

ASCOM – Renata Brumano

ASCOM – Liliana Soares

MPS/SE – Luiz Felipe Lins de Menezes

MPS/SE – Thalyta Caroline Fernandes Vieira

MPS/SE – Ricardo dos Santos Pereira

MPS/SE – Vanderleia Santos

Cerimonial – Cícero Silva

RDK – Flávio Paiva

I – ABERTURA

Presidindo a mesa, o **Presidente Sr. Carlos Lupi**, abriu a 304ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), agradecendo a presença de todos(as). Anunciou os novos membros do CNPS: Sra. Lucyana Rios Monteiro Barbosa Souza, suplente do Ministério da Previdência Social; Sr. Tito Calvo Jacheli, representante do Ministério da Previdência Social; e Alessandro Pereira Lordêllo, Diretor do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional da Secretaria do Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social. Aprovou-se a Ata da 303ª Reunião Ordinária do CNPS por unanimidade dos(as) presentes. Ficou definido que os dois representantes do CNPS no Fórum Interconselhos da Secretaria Geral da Presidência da República serão indicados até o dia 28 de maio, em consenso entre os integrantes dos trabalhadores e dos aposentados e pensionistas, o que será discutido após a reunião.

II – ORDEM DO DIA

Instado o primeiro ponto de pauta: Suspensão temporária do desconto dos empréstimos consignados dos beneficiários do Estado do Rio Grande do Sul. O **Sr. Presidente** relatou que recebeu uma correspondência da Associação Brasileira de Bancos – ABBC, solicitando a elaboração de uma recomendação para suspender temporariamente o desconto do empréstimo consignado dos beneficiários do Rio Grande do Sul, durante a permanência do estado de calamidade no Estado e que o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** construiu uma minuta de ato semelhante à feita durante a pandemia, a qual fez a leitura. Após, o **Sr. Presidente** reforçou que se trata de uma recomendação aos bancos, que os clientes precisarão manifestar seu interesse e que será adotada uma carência pelo prazo de até 180 dias, com cobrança de juros, para contratação de novos empréstimos, além de elogiar a iniciativa da ABBC. Após votação, a minuta foi aprovada pela unanimidade dos(as) presentes. Ato seguinte, passou-se ao próximo item de pauta: Crédito Consignado – Teto de Taxa de Juros. O **Sr. Presidente** falou que a Associação Brasileira de Bancos enviou ponderações importantes sobre o assunto, porém, pouco antes da reunião ter início, impossibilitando sua análise. Entretanto, pediu que o Grupo Técnico examine os dados assim que possível e detalhou que a proposta prevê outro indicativo que não o DI de 2 anos para embasar a taxa. Com a palavra, o **Sr. Eduardo Pereira** apresentou a evolução da taxa de juros do empréstimo consignado nos últimos 15 anos. Tendo em vista a última Resolução do Comitê de Política Monetária - COPOM, que reduziu a SELIC de 10,75% para 10,50%, propôs, em nome do MPS, usar a mesma metodologia dos meses anteriores e reduzir a taxa de juros do consignado de 1,68% para 1,66%, enquanto a taxa de juros do cartão de crédito proposta seria de R\$ 2,46%. Após, o **Sr. Alex Gonçalves**, em nome da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN e da ABBC, apresentou o cenário conturbado da economia mundial. Comparou a SELIC e o DI de 2 anos, informando que, enquanto a primeira foi reduzida, o segundo está crescendo em mais de 1% ao ano. Disse que, historicamente, a taxa de juros praticada sempre ficou abaixo do teto devido à competitividade entre os bancos, contrário do cenário atual, onde o oferecido pelas instituições encontra-se bem próximo ao teto. Destacou que a portabilidade e o refinanciamento têm taxas inferiores devido ao custo inferior, porém, só são possíveis quando há margem livre. Dadas às informações prévias, propôs não alterar o teto da taxa de juros dos empréstimos consignados, acrescentando, ainda, a queda da diferença entre a SELIC e a taxa de juros ao mês como argumento. Em debate, o **Sr. Bartolomeu Evangelista de França** lembrou que a temática deve ser discutida no Grupo

36 de Estudo do Consignado em reunião presencial, com o que o Sr. Presidente concordou. Após, o **Sr. Gerson Maia**
37 questionou se há uma projeção atualizada da evolução da taxa SELIC até o final do ano, ao que o **Sr. Alex Gonçalves**
38 explicou que o Banco Central faz uma pesquisa semanal e que, no momento da reunião, a previsão era de que a SELIC
39 fechasse o ano em 10%. Em seguida, o **Sr. Hélio Queiroz da Silva** endossou a fala do Sr. Alex Gonçalves sobre o cenário
40 mundial e somou que a taxa de juros deve ser determinada pelo mercado e pelo Ministério da Fazenda. Questionou se,
41 caso a taxa seja reduzida, existe a possibilidade de alguns bancos deixarem de oferecer o consignado, justificando a
42 realização de uma reunião extraordinária para aprofundamento no tema pelo Grupo de Estudo e, possivelmente, pela
43 plenária. Em resposta, o **Sr. Presidente** afirmou que a taxa de juros não é o único fator que controla a inflação e disse que
44 a crise econômica do Rio Grande do Sul desviou a atenção do arcabouço fiscal. Indicou que a decisão será tomada em
45 cima de valores determinados previamente, como a SELIC, e que o critério de esperar a reunião do Banco Central para
46 alterar a taxa de juros deve ser mantido, conforme combinado. Então, o **Sr. Alex Gonçalves** reforçou seu pedido de
47 manutenção da taxa por não ter ocorrido a reunião do Grupo de Trabalho para debate e informou que, embora ainda não
48 saiba de nenhum banco que parou suas operações com consignado, conhece vários que a reduziram significativamente. O
49 **Sr. Presidente** esclareceu que a reunião do GT não ocorreu porque, até então, não havia necessidade, dada a ausência de
50 novas informações que, por sua vez, só chegaram pouco antes da plenária, com o que o **Sr. Adroaldo da Cunha Portal**
51 concordou. A seguir, o **Sr. Ariovaldo de Camargo Léo** também afirmou que não havia novos fatores a serem discutidos,
52 por isso não foi feita a reunião do GT, mas que seria possível tomar uma decisão diante dos dados apresentados. Afirmou
53 que, caso se confirme a taxa SELIC em 10% até o final do ano, o valor mínimo possível para os juros do consignado seria
54 de 1,65%. Ato seguinte, a **Sra. Tônia Andrea Inocentini Galleti** afirmou que foi combinado que as reuniões do GT seguiriam
55 até determinação de uma nova metodologia para a taxa de juros. Em suma, o **Sr. Presidente** lembrou as duas propostas
56 em votação: redução da taxa de juros do consignado de 1,68% para 1,66% e da taxa de juros do cartão de crédito para
57 2,46%, cuja minuta foi lida pelo **Sr. Benedito Adalberto Brunca**, ou manutenção da taxa em 1,68%. A redução das taxas
58 foi aprovada pela maioria dos(as) presentes, com 11 votos favoráveis à proposta e 4 votos pela manutenção, sendo que
59 os debates deverão ser aprofundados até a próxima reunião. Ato seguinte, passou-se ao próximo item de pauta:
60 Apresentação das medidas adotadas pelo Ministério da Previdência Social e pelo Instituto Nacional de Seguro Social com
61 vistas a auxiliar a população do Rio Grande do Sul no enfrentamento dos eventos climáticos ocorridos no Estado. Com a
62 palavra, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** apresentou a Portaria MPS nº 1.396, de 8 de maio de 2024, a saber: “Os
63 *Certificados de Regularidade Previdenciária - CRP, vencidos nos 30 dias anteriores à publicação da Portaria serão*
64 *renovados emergencialmente por 90 dias, a partir da data da publicação. Já os CRP vencidos em até 60 dias da publicação*
65 *da referida Portaria serão renovados emergencialmente por mais 90 dias, a contar da data do seu vencimento.”* Após,
66 citou a Portaria Conjunta MPS nº 15, de 21 de maio de 2024: “*Estão suspensos por 60 dias, a contar de 24 de abril de 2024:*
67 *1. os prazos em curso nos processos administrativos em tramitação, para: cumprimento de exigências, requerimento de*
68 *revisão, apresentação de documentos, interposição de defesa e cobrança administrativa dos benefícios e serviços*
69 *operacionalizados pelo INSS; apresentação de documentação complementar, em decorrência da Solicitação de*
70 *Informações ao Médico Assistente - SIMA, à Perícia Médica Federal; interposição de recurso e embargos de declaração,*

71 *contrarrazões, cumprimento de diligências, apresentação de documentação complementar e solicitação de sustentação*
72 *oral, previstos no Regimento Interno do CRPS. 2. os prazos para as empresas: requererem a não aplicação do nexo técnico*
73 *epidemiológico; e interponem recurso em 2ª instância da decisão do CRPS nos julgamentos das contestações do FAP. A*
74 *suspensão dos prazos para segurados e requerentes não impede o INSS e o CRPS de analisar os processos que se encontram*
75 *aptos à análise administrativa. Considerando a hipótese de perda de documentos de identificação e a impossibilidade de*
76 *apresentação de documento digital, os servidores do INSS foram autorizados a identificar o titular ou requerente de*
77 *benefício ou serviço a partir das cópias de documentos que já constam nos sistemas utilizados pela Autarquia*
78 *Previdenciária.” O Sr. Presidente registrou que as Portarias supracitadas poderão ser prorrogadas, caso haja necessidade.*
79 A seguir, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** leu a Portaria CRPS/MPS nº 1.541, de 21 de maio de 2024: “Autoriza a execução
80 de ação extraordinária, no âmbito do CRPS, para análise e julgamento de recursos administrativos, pelo período de 90 dias,
81 com a priorização das seguintes espécies: I - auxílio por incapacidade temporária previdenciário - B 31; II - aposentadoria
82 por idade - B 41; III- pensão por morte previdenciária - B 21; IV - seguro-defeso; V - benefício de prestação continuada à
83 pessoa com deficiência - B 87 e ao idoso - B 88; e VI - salário maternidade - B 80.” Sobre a Portaria nº 1.396, o **Sr. Paulo**
84 **Roberto dos Santos Pinto** relatou o acordo feito com a Dataprev para que as faturas dos contratos de Compensação
85 Previdenciária - COMPREV dos municípios, referentes aos meses de abril, maio e junho sejam prorrogadas para julho. O
86 **Sr. Renato** descreveu as ações do INSS no Rio Grande do Sul, detalhando que até o dia 25 de maio foram 32 mil novos
87 requerimentos de benefícios. Explicou que, desde o início da crise, 38 mil processos já foram analisados e resta um estoque
88 de 40 mil pendentes. Relatou que o tempo médio de análise dos benefícios caiu de 63 para 51 dias para aposentadorias,
89 de 42 para 31 dias para pensão por morte, de 43 para 35 dias nos casos de auxílio-reclusão e de 25 para 13 dias para
90 salário-maternidade e que a espera pelo Benefício de Prestação Continuada - BPC caiu de 81 para 61 dias para pessoas
91 com deficiência e de 37 para 13 dias para os idosos. Falou, ainda, sobre a redução de prazos dos demais processos e citou
92 a criação de um GT para atuação no cumprimento das demandas judiciais originadas no Estado. O **Sr. Presidente**
93 acrescentou que o número de municípios em situação de calamidade, que permite ações como as citadas, passou dos 60,
94 e relatou que muitos estão em situação de emergência, podendo passar à calamidade. Após, o **Sr. Renato** disse que, das
95 101 Agências do INSS no Estado, 87 estão funcionando com todos os serviços e 4 parcialmente. A seguir, o **Sr. Alessandro**
96 **Antônio Stefanutto** relatou sua visita ao Rio Grande do Sul, contando que 30 funcionários do INSS perderam todos ou
97 quase todos os seus pertences, alguns dos quais chegaram a morar na Gerência. Falou também que os funcionários estão
98 dispostos a voltar a trabalhar. O **Sr. Presidente** agradeceu aos trabalhadores e parabenizou pelas ações. Então, o **Sr.**
99 **Rolando Medeiros** questionou o número baixo de funcionários das Agências, menos de quatro em cada, ao que o **Sr.**
100 **Renato** disse que o número está dentro da média nacional. Já o **Sr. Gerson Maia** lembrou que, atualmente, o atendimento
101 pode ser virtual, indagando se há uma orientação a nível nacional sobre o atendimento aos gaúchos. Destacou a demora
102 da pensão por morte, uma vez que o falecimento de uma pessoa pode impactar imensamente o orçamento familiar,
103 lembrando que, após a concessão, ainda há um prazo de 20 dias para liberação dos valores. Ato seguinte, o **Sr. Rolando**
104 **Medeiros** agradeceu o trabalho e a sensibilidade com os servidores. Avançando na pauta, o **Sr. Adroaldo da Cunha Portal**
105 iniciou sua apresentação sobre a evolução de atendimento da perícia médica falando que, quando teve início a

106 implementação do Programa de Enfrentamento à Fila e do Atestmed, no final de 2023, a fila da perícia tinha cerca de 1,2
107 milhão de pessoas, o que caiu progressivamente até atingir o patamar de 600 mil em maio de 2024. Falou que a Região
108 Sudeste está com a situação controlada e que os problemas maiores são no Norte/Centro-Oeste e Nordeste, este último
109 contando com 54% da fila nacional. Comparou que o Nordeste, embora tenha o mesmo número de peritos do que a Região
110 Sul, tem a população duas vezes maior. Sobre a Região Norte/Centro-Oeste, relatou que o principal problema são as
111 dimensões continentais. Declarou que o Atestmed processou e concluiu 450 mil no mês de maio. Então, o **Sr. Presidente**
112 somou que há um projeto piloto para perícias via telemedicina, que deverá começar pelo Nordeste, desejando que a
113 espera seja de 30 dias até o final do ano para o país todo. O **Sr. Adroaldo da Cunha Portal** reforçou que o auxílio-saúde
114 deve ser uma substituição de renda, porém tinha se tornado indenização, dada a demora do deferimento, que muitas
115 vezes acontecia após o prazo de afastamento das atividades, sendo que o Atestmed reduziu o tempo de afastamento e,
116 portanto, os gastos. Em suma, o **Sr. Presidente** disse que, atualmente, atendem-se mais pessoas em menos tempo e
117 gastando menos, além de liberar os peritos para outras funções, inclusive a auditoria do sistema. Relatou que, embora
118 tenha ocorrido um aumento inicial da despesa, uma vez que diminuiu-se o estoque, em breve os pagamentos ficarão em
119 dia. Por fim, o **Sr. Adroaldo da Cunha Portal** lembrou que o gasto com o auxílio-doença corresponde à 5% do orçamento
120 do INSS, sendo que o aumento de 18% sobre este total é considerado baixo, dado que os benefícios são temporários.
121 Relatou, ainda, que houve uma queda nas concessões via judicial. Após, o **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** contou que
122 será instituído o uso do prazo de expectativa de recuperação por CID, como filtro para identificar atestados passíveis de
123 perícia, dificultando as fraudes. Com a palavra, o **Sr. Paulo Roberto dos Santos Pinto** explicou que, a cada 1% de queda da
124 SELIC, gera-se uma diferença de R\$ 38 bilhões no orçamento federal, comparando o impacto destes valores com o
125 aumento na concessão de benefícios. Então, o **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** -comunicou que, em 2023, foram
126 executados R\$ 18 bilhões em benefícios de pequeno valor, enquanto nos cinco primeiros meses de 2024 o valor foi de R\$
127 6 bilhões, o que indica que pode haver queda no valor anual. A seguir, a **Sra. Tônia Andrea Inocentini Galetti** propôs a
128 criação de um GT para discutir as falácias da nova reforma da previdência, com base nos dados apresentados e com o
129 objetivo de ser propositivo, ao que o **Sr. Presidente** se disse a favor e considerou a proposta aprovada.

130 Subsequentemente, o **Sr. Gerson Maia** falou sobre a aposentadoria por invalidez, que proporciona 60% do valor que o
131 aposentado poderia receber, o que julgou errado por se tratar de pessoas que têm gastos altos com medicação e saúde.
132 Relatou a insatisfação de alguns advogados com a redução da fila e, portanto, dos processos, e somou que os médicos
133 precisam ser instruídos sobre como fazer atestados médicos de acordo com o Atestmed, uma vez que é preciso constar o
134 tempo de afastamento. A pauta sobre os Acordos Internacionais foi adiada para a próxima reunião.

135

136 III – ENCERRAMENTO

137 Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente** deu por encerrada a 304ª Reunião Ordinária
138 do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. E, para que tudo fique devidamente documentado, foi lavrada a Ata,
139 que após lida e achada conforme, será aprovada pelo Colegiado. Brasília, 27 de maio de 2024.